

Programas Sociais Vistos Como um Auxílio na Promoção do Desenvolvimento Local: Um Prognóstico sobre a Implementação do Programa Passe Livre Universitário no Município de Itaocara – RJ.

Laira Thamys de Araujo Silva¹

Joseane de Souza²

Edson Terra Azevedo Filho³

GT1. Reestruturação do espaço Urbano-Regional, Dinâmica Econômica e Impactos no Emprego

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo verificar a possibilidade do programa Passe Livre Universitário para além de uma política de acesso ao Ensino Superior, mas também como uma política que possibilita o estímulo sobre o desenvolvimento local no município de Itaocara - RJ. Para este estudo, utiliza-se como crítica o modelo da Tríplice Hélice, o qual defende o conhecimento como transformador e provedor de desenvolvimento regional/ local. Nesse estudo, o governo foi identificado como um elo necessário, entre a tríplice governo-universidade-empresa, para impulsionar mudanças locais em cidades pequenas. Foi, então, realizado um breve estudo de caso no município de Itaocara, situado na mesorregião Noroeste Fluminense, apontando a visão dos atores governamentais sobre suas intervenções locais através da implementação de programas sociais – especificadamente o programa Passe Livre Universitário - e seus possíveis efeitos sobre a população.

Palavras chaves: Passe Livre Universitário; Transporte Universitário, Desenvolvimento Local; Políticas Sociais; Tríplice Hélice.

¹ Bacharel em Administração Pública pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Mestranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. lairathamys@hotmail.com

² Professora associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Centro de Ciências do Homem, Laboratório de Gestão e Políticas Públicas - LGPP. joseanedesouza.souza@gmail.com

³ Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF do Laboratório de Engenharia de Produção - LEPROD. edsonterrafilho@gmail.com

Introdução

É possível encontrar na literatura diversas discussões, abordagens e métodos utilizados por teóricos e especialistas no que se refere ao desenvolvimento regional, que além de ser de interesse econômico, também se trata do interesse político, ambiental e social de determinada sociedade. Na teoria desenvolvida por Etzkowitz, conhecida como modelo Tríplice Hélice, a interação promovida através do elo indústria-universidade-governo “são a chave para o crescimento econômico e o desenvolvimento social baseados no conhecimento”. (ETZKOWITZ e ZHOU, 2017, p. 24). A interação entre estas três instituições é fator determinante para gerar desenvolvimento e inovação em uma sociedade/localidade. Em linhas gerais, pelo menos um dessas organizações deve tomar ações que, segundo os autores, impulsionam as ações dos demais atores, ou seja, das demais “hélices”, para gerar ou alterar resultados necessários.

Se considerarmos uma nação desenvolvida, onde os três elos funcionam de forma integrada e constante, é relativamente fácil imaginar e acreditar nos resultados positivos da interação entre a indústria, as universidades e o governo para a sociedade como um todo. Porém, em países em desenvolvimento nem sempre essa teoria não consegue ser visualizada, com a mesma dimensão, por conta das falhas existentes em algumas dessas organizações. Se trouxermos para o campo empírico, é mais fácil de enxergarmos tal realidade nos municípios com baixo poder econômico, afastados das grandes metrópoles, onde normalmente há poucas – às vezes nenhuma - indústrias e também poucos centros de pesquisas e desenvolvimento tecnológico. Segundo um estudo realizado por Santos (2004, p. 9) “as cidades com os maiores índices de pobreza se encontram, principalmente, nas regiões norte e noroeste do estado, caracterizando um inibido desenvolvimento em relação aos outros municípios.”. É importante considerar que alguns municípios, como Campos dos Goytacazes, possuem maior concentração de renda, ou seja, a riqueza não é bem distribuída e, portanto, não se trata de uma região desenvolvida, apesar de rica, já que grande parcela da população não tem acesso aos bens e serviços, necessitando, portanto, de maior intervenção estatal para prover as

necessidades da população. De acordo com a teoria da Tríplice Hélice, o papel do governo

[...] deve ser moderador, não controlador. Seu objetivo é garantir que a Hélice Tríplice funcione bem, incluindo as hélices duplas governo-universidade, universidade-indústria e indústria-governo, assim como as três hélices simples. O governo pode ser o melhor candidato para criar um “espaço de consenso” reunindo os protagonistas relevantes para conceber e implementar projetos de inovação. (ETZKOWITZ e ZHOU, 2017, p. 33)

Cabe o Estado, então, atuar através da implementação de políticas, além do importante papel político que possui de manter a harmonia entre os vários atores sociais, para possibilitar a transformação local através do desenvolvimento, de forma integrada e eficaz. Nos municípios do Norte e Noroeste Fluminense, os governos municipais têm desenvolvido, ao longo das últimas décadas, algumas ações de políticas públicas para promover mudanças sociais, na área da Educação, por exemplo, podemos mencionar os programas que têm possibilitado o acesso dos estudantes às instituições de ensino superior em municípios próximos, através da concessão de transportes públicos.

Neste estudo, apresentaremos o caso do município de Itaocara, situado no Noroeste Fluminense: analisaremos a implementação do programa *Passe Livre Universitário* como ação estatal transformadora, no que se refere ao acesso ao Ensino Superior e incentivo à formação profissional, sanando a falta da oferta de ensino superior público no município. Buscaremos apresentar no decorrer do trabalho quais são as perspectivas, na visão da prefeitura do município, sobre os resultados e os efeitos gerados ao município e a população local.

Portanto, esse trabalho possui como objetivo geral investigar o programa *Passe Livre Universitário* não apenas como uma política de acesso ao Ensino Superior, mas também como uma política que possibilita caminhos para o desenvolvimento local no município de Itaocara - RJ. Nesse sentido, este artigo está organizado em quatro seções, além desta primeira, que é introdutória. Na segunda seção apresentaremos uma breve revisão bibliográfica sobre a importância da política social para a sociedade e alguns desdobramentos relevantes. Como se trata de um estudo de caso, na terceira

seção discorreremos brevemente sobre o município de Itaocara – RJ para apresentar algumas de suas características socioeconômicas, para isso foi realizado um levantamento de informações sobre as características através das fontes de dados oferecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, bem como informações obtidas no site oficial da prefeitura de Itaocara - RJ, artigos e notícias existentes sobre o município. Na quarta seção, analisaremos o programa Passe Livre Universitário, identificando como essa política tem sido aplicada no município, quais foram os critérios utilizados pelo poder público para sua elaboração, o processo de implementação, os critérios de elegibilidade e se há perspectivas do município ofertante, sobre alguns efeitos locais (econômico, social, educacional) com a implementação desse programa. Nesse sentido, foi aplicada entrevistas com roteiros semiestruturados, através da metodologia qualitativa, aos atores responsáveis pela implementação do programa em Itaocara. Possibilitando, portanto, a análise das informações gerais obtidas durante a pesquisa em parceria com os atores envolvidos nesse processo, buscando entender, ainda, qual a interação pretendida com o mercado de trabalho local após a formação desses estudantes. Na quinta seção, e última seção, apresentaremos as principais conclusões desta pesquisa.

Política social como ação transformadora nos municípios pequenos

Em um país tão diverso como o Brasil, considerando sua extensão territorial, sua história, sua cultura, é inevitável não considerar também a sua disparidade social. A desigualdade social no Brasil é um problema que tem sido confrontado por anos, refletindo em como o país tem se desenvolvido e crescido economicamente. Algumas políticas têm sido implementadas através de governos locais com o intuito de minimizar diferenças sociais encontradas em determinada sociedade. Segundo Jaccoud (2009, p. 70) “uma política de combate à pobreza e à desigualdade implica o amadurecimento de um projeto de desenvolvimento com equidade [...]”, criando, portanto, oportunidades semelhantes aos cidadãos e o fortalecimento de uma sociedade. A partir desse ‘nivelamento’ social seria possível apostar em um novo processo de desenvolvimento que fosse “capaz de promover o crescimento econômico, mediante elevação da produtividade econômica da força de trabalho

historicamente excluída de mercados estruturados e de políticas públicas mais inclusivas.” (JACCOUD, 2009, p. 71). Outros autores, como Draibe e Riesco (2011, p. 224), também defendem a aplicação de políticas sociais como agentes de mudanças sociais e regionais, afirmando a “capacidade dos sistemas de política social em promover e facilitar o crescimento econômico, simultaneamente ao desenvolvimento social”. É importante ressaltar que existe uma diferença a ser considerada entre o crescimento e o desenvolvimento econômico, visto que a elevação do produto e aumento da produtividade dos fatores de produção, não, necessariamente, faz com que haja melhora na qualidade de vida da população residente. Pelo contrário, o crescimento econômico concentrado nas mãos de determinado grupo eleva a desigualdade social. "A distribuição dos frutos do progresso técnico é tão importante quanto o aumento da riqueza. A distribuição mais equitativa da riqueza revela que o desenvolvimento é um estágio superior ao simples crescimento econômico". (OLIVEIRA E QUINTAIROS, 2011, p. 263 apud ALMEIDA, SILVA E OLIVEIRA, 2014, p. 335)

No entanto nem todas as políticas sociais atuam diretamente na eliminação da pobreza, mas proporcionam outros tipos de igualdade social, como é o caso das políticas de acesso à Educação. No artigo 211 da Constituição Federal de 1988 encontram-se as competências destinadas a cada ente federado e suas responsabilidades sobre os níveis de escolaridade, conforme apresentado:

Art. 211 “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.”

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio

Embora ocorra a distribuição dos deveres do Estado entre os entes federados em relação à Educação, é preciso atentar para o fato de que as oportunidades de acesso ao Ensino não são, por diversos fatores, igualmente oferecidos à população. Dentre os fatores que limitam as oportunidades de acesso à Educação destacam-se: a necessidade econômica, que leva muitos indivíduos a optarem pelo trabalho e abandonarem os estudos, a distância territorial entre o local de residência e o local de estudo, que implica em gastos com passagem, alimentação e em alguns casos hospedagem); e outras questões que envolvem a permanência e conclusão do estudo.

Quando a educação não está ao alcance de determinada população é necessário, então, a implementação de políticas públicas que direcionem a esse acesso. Essa situação, de pouca oportunidade de acesso ao ensino, tem se destacado, atualmente, principalmente no que se refere ao acesso ao Ensino Superior. Alguns municípios, principalmente os localizados longe das metrópoles ou dos polos regionais, embora possuam demanda por educação superior muitas vezes não contam com Instituição Superior de Ensino (IES) em seus territórios. Este é o caso de alguns municípios do Norte e Noroeste Fluminense, dentre os quais destacamos o município de Itaocara. Para suprir essa necessidade, em Itaocara o poder público implementou, como se verá mais adiante, o programa de transporte público universitário.

A ausência de oportunidade de estudo e de trabalho nas cidades pequenas tendem a causar a expulsão dessa população para cidades que ofereçam melhor expectativa de vida e inserção no mercado de trabalho. Quanto a esse fator, Procópio, Bastos e Fregiglia, (2014, p. 610) afirmam que “a migração ocorre geralmente de regiões com menores salários e menores ofertas de emprego para regiões com melhores oportunidades no mercado de trabalho.”. Provocando, portanto, um deslocamento populacional das pessoas que não encontram em seus municípios a perspectiva de vida que gostariam de vivenciar. Os autores complementa seu raciocínio dizendo que “regiões com mais alto nível de desenvolvimento e maiores rendas *per capita* atraem trabalhadores que buscam melhores oportunidades de emprego e renda.” (PROCÓPIO, BASTOS E FREGIGLIA, 2014, p. 610)

Segundo Kliksberg (1997, p. 169), “um requisito essencial para a efetividade de um programa social é o de que haja possibilidade real de acesso a seus benefícios potenciais.”. Por isso, espera-se que além de eficiente, um programa social deve ser eficaz.

Breve caracterização socioeconômica do município de Itaocara/RJ.

O município de Itaocara está localizado no estado do Rio de Janeiro, na mesorregião Noroeste Fluminense. De acordo com o Censo 2010, o município possuía uma população de 22.899 habitantes. Atualmente, sua população encontra-se em torno de 23.234 habitantes (IBGE cidades). Sendo sua extensão territorial de 433.397 km² e a densidade demográfica é algo em torno de 53,09 habitantes/Km². Segundo o IBGE – Cidades, o salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017] é de 1,8 salários mínimos, sendo apenas 19,4% da população.

No que diz respeito as Instituições de Ensino Superior no município de Itaocara, é possível encontrar na cidade apenas uma unidade que oferta esse tipo de ensino (ao menos até 2018), através do polo Cederj, pela modalidade de Ensino à Distância, o qual oferece 5 cursos atualmente, sendo esses: Administração Pública (UFF); Licenciatura Ciências Biológicas (UENF); Licenciatura Matemática (UFF); Licenciatura Pedagogia (UniRio); e Computação (UFF). A limitação da oferta de ensino superior no município tem feito com que parte da população que deseja fazer curso superior - graduação, mestrado e doutorado - procure instituições localizadas em outros municípios, se colocando na posição de tomar a decisão de ir para outras cidades. Porém, não são todos que podem se permitir fazer tal escolha, por diversas razões, dentre as quais destacamos a questão financeira a qual envolve, como já dito, o custo de passagem, alimentação e por vezes hospedagem. Um valor relativamente alto principalmente para famílias de baixa renda. . Por essas razões, e provavelmente outras, o governo local decidiu tomar ações que atendessem a demanda local por Ensino Superior oferecendo, através da política social ‘passe livre universitário’, a possibilidade de realizar uma transformação social e econômica para a população local. Convém ressaltar que outros municípios das regiões Norte e Noroeste Fluminense também implementaram em seus municípios políticas similares, porém como se trata de entes

autônomos, cada programa, de cada município, tem suas especificidades. Embora outros municípios tenham implementado esse programa com objetivos parecidos, eles foram elaborados e são oferecidos de maneiras diferentes.

O programa Passe Livre Universitário: para além do serviço de transporte

Para entender como foi desenvolvida e pensada a política de passe livre universitário implementada em Itaocara, e quais eram, então, os efeitos esperados para a sociedade (pela visão da prefeitura) após a implementação da política no município foi realizada uma entrevista semiestruturada com atores responsáveis pela implementação, monitoramento e fiscalização da política, no município.

A entrevista foi realizada no dia 17 de setembro de 2018, às 10h, na Secretaria de Educação e no roteiro constavam perguntas que nos possibilitaram compreender:

- A. O contexto político em que o programa foi implementado (como e quando surgiu a proposta de implementar o programa Passe Livre Universitário no município?);
- B. As características principais do programa (Como era a proposta e os objetivos do poder público municipal com a implementação do programa? Quais os atores responsáveis pela sua implementação?)
- C. Os beneficiários (Quais os critérios de elegibilidade que os demandantes deveriam atender para se tornarem beneficiários do programa?)

Como se trata de uma pesquisa de caráter exploratório foi incluído no questionário alguns quesitos voltados para a obtenção de informações relativas à existência (ou não) de projetos complementares a este, uma vez que permitir o acesso à educação e, portanto, a formação profissional dos cidadãos implica, no futuro, uma demanda maior por empregos relativamente mais qualificados.

A proposta da implementação do programa Passe Livre Universitário no município de Itaocara-RJ surgiu logo após a posse do governo do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), mandato 2013-2016, com a proposta de oferecer o benefício para os estudantes que faziam cursos técnicos e

superiores – incluindo cursos técnicos, pré-vestibulares, tecnólogo, graduação, mestrado e doutorado - em outros municípios e residiam em Itaocara.

O programa é de responsabilidade da Secretaria de Educação em conjunto com a Secretaria de Transportes, sendo estes os atores envolvidos na sua implementação (já respondendo a terceira questão do questionário, que busca colher justamente esta informação). O foco inicial era de atender a população que estudava em Campos dos Goytacazes ou em Itaperuna, de forma a substituir o transporte que era fretado e, portanto, pago com recursos próprios dos usuários, pelo transporte público, reduzindo, desta forma, os custos para as famílias dos beneficiários. Para a elaboração do programa, segundo o entrevistado, foi realizado um 'diagnóstico' para a identificação da demanda pelo transporte público para os referidos municípios. Convém ressaltar que após a implementação, o transporte público passou a incluir novos municípios de destino - São Fidélis e Santo Antônio de Pádua - uma vez que tais municípios foram identificados como destino final por uma parcela da população que se deslocava por motivo de estudo. Para Santo Antônio de Pádua o transporte é com veículo próprio da prefeitura; para os demais são utilizados transportes terceirizados, selecionados via processo licitatório. No início de 2018 foi realizada nova licitação para os transportes terceirizados, com o prazo de um ano de vigência. Com a promessa de que o programa continuará funcionando até o final do mandato do governo atual (até 2020), visto que faz parte do programa de governo atual, podendo ser prorrogada a atual licitação ou realizada outra.

Em relação aos critérios de elegibilidade, não existe discriminação de quem possa usar o programa: toda pessoa que está prestando curso técnico ou universitário fora do município tem direito de utilizar o ônibus, inclusive estudantes de pré-vestibular. Os critérios para o cadastro são basicamente ser morador de Itaocara (comprovando residência) e possuir título de eleitor no município, não havia solicitação de comprovação de renda, motivo pelo qual o programa não pode ser classificado, pelo menos no presente momento, como uma política assistencialista. O cadastro é atualizado no início de cada ano letivo, ressaltando-se que a prefeitura possui um sistema com banco de dados computado, inclusive com informações pessoais dos usuários - nome do pai, da mãe, endereço, estado civil, dentre outras. Somente a partir do atual

governo que o arquivo dos usuários, antes em papel, foi transformado em arquivo digital. Boa parte das informações dos antigos usuários foi recuperada, mas algumas informações possivelmente foram perdidas na transição do governo. Em decorrência disso, de acordo com o entrevistado, não há o número exato de estudantes que foram beneficiados pelo programa desde sua criação até o presente momento. Sendo possível apenas estimar esse quantitativo.

A princípio existia o transporte destinado aos estudantes que saíam do município no início da semana e voltavam no final da semana, porém com a troca de governo, em 2017, essa modalidade foi cortada. Significa dizer que atualmente os transportes são limitados aos estudantes que vão e voltam no mesmo dia, ou seja, estudantes que cursam no turno noturno. Com foco, principalmente, nesses estudantes que estudam pela noite, mas trabalham durante o dia. Cabe informar que o transporte semanal era ofertado somente para o município de Campos dos Goytacazes, onde já existia demanda para essa modalidade, pois nesse município havia muitos estudantes da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e estudantes do Instituto Federal Fluminense Centro Campos e também do *campi* Guarus, onde muitos cursos são em período integral, necessitando, portanto, da presença diária e conseqüentemente semanal nos municípios onde cursavam.

Ao ser questionado sobre quais cursos havia mais procura da população no município, foi respondido que esse tópico não era de interesse da prefeitura em identificar quais são os esses cursos, embora seja algo possível de analisar através do banco de dados (que contém as informações dos cursos matriculados e também a instituição que pertence).

Posteriormente, foi questionado se *existem projetos sendo desenvolvidos, com as demais secretarias, para receber demandas desses futuros profissionais que obterão a formação após o uso do programa.* Segundo o entrevistado, a prefeitura não demonstra preocupação se haverá mercado de trabalho para esses futuros profissionais no município, pois sabem que a “quantidade de será/ está sendo superior a demanda”. O que vem acontecendo é que alguns continuam no município de Itaocara, enquanto outros acabam ficando onde estudaram ou em outros municípios que

possibilitam mais oportunidades no mercado de trabalho. Embora as prefeituras nos municípios do Norte e Noroeste Fluminense sejam, de fato, um grande absorvedor da mão de obra, a criação de emprego não deve ser considerada responsabilidade somente do poder público. Por esse motivo, foi procurado saber como o setor privado vem se posicionando dentro dessa mudança social, se havia alguma relação de troca. Nesse sentido, foi respondido que as empresas locais nunca procuraram a secretaria, e vice-versa, para oferecer possíveis parcerias de oferta de oportunidade para esses estudantes e futuros profissionais, não buscaram conhecer o banco de dado disponível sobre essas ofertas, menos ainda as empresas de municípios vizinhos. Esse questionamento demonstrou também que a própria prefeitura não havia pensado nessa possibilidade e que a iniciativa não partiu do privado e nem mesmo do próprio setor público. A falta de visão sobre as possibilidades que o programa pode oferecer ao município, para além da oferta do transporte para a população, faz perceber o quanto a prefeitura necessita ampliar suas estratégias de governo, estimulando, por exemplo, as parcerias público-privado em cima de ações já existentes no governo. Algumas perspectivas mais ampliadas possibilitariam maior impacto do programa sobre outros aspectos na população. Isso faz crer que os governos e os setores econômicos, de maneira geral, têm trabalhado pouco – no sentido prático e teórico – com base em modelos de desenvolvimento, como, por exemplo, a Tríplice Hélice, mencionado no início deste trabalho.

Ao serem questionados se houveram estudos sobre o grau de escolaridade do município, renda, emprego, mercado de trabalho ou potencial econômico do município, antes da elaboração e implementação da política, a resposta foi de que não foram feitos levantamentos de dados locais, ao menos, não é sabido pelos atuais responsáveis pelo programa.

Os recursos aplicados ao programa são provenientes da arrecadação do município, sendo esses recursos - para os transportes destinados aos municípios de Itaperuna, Campos dos Goytacazes e São Fidélis - extraídos da própria Secretaria de Educação e os serviços oferecidos por terceirizados, através da concessão obtida pela licitação. Enquanto o transporte para o município de Santo Antônio de Pádua é concedido pela Secretaria de Transportes, veículo da própria prefeitura, embora sua supervisão também seja de responsabilidade da Secretaria de Educação. Nesse primeiro contato com

os entrevistados, ainda não foi possível obter informações completas sobre os custos do programa para a prefeitura. A questão é que o Passe Livre onera o município o qual não tem responsabilidade direta com o ensino universitário; sua responsabilidade constitucional com a Educação é com a pré-escola e o Ensino Fundamental I e II. Em tempos de escassez de recursos, programas não obrigatórios se tornam fortes candidatos a serem reduzidos (redução do escopo/abrangência) correndo o risco, inclusive, de serem extintos. É importante mencionar que o entrevistado não menciona risco de extinção do programa, mas faz alusão a uma possível redução do número de beneficiários. Dessa forma, o município só pode ofertar o Passe Livre para a população se ele tiver condições e se não prejudicar sobre suas responsabilidades constitucionais.

Em relação à implementação e manutenção do programa, para o entrevistado, o poder público e a população têm percepções diferenciadas em relação ao programa: O programa é, aparentemente, entendido, pela própria prefeitura, como um 'favor' para a população, enquanto a população tem cobrado a manutenção do funcionamento como um direito social, independente dos interesses políticos do governo em vigor. Interessante observar, ainda, que os adversários políticos do atual governo consideram o programa uma medida eleitoral - troca de voto, jogo político, manutenção do curral eleitoral. Percebe-se, então, que para a oposição, a situação financeira do município seria, por si só, uma justificativa para que o atual governo municipal extinguisse o programa. No jogo político, o governante que herda um programa desta natureza, num momento de crise, tem uma significativa perda de capital político, caso promova sua extinção.

Durante esse momento da entrevista, foram feitas algumas especulações sobre possibilidades de modificações devido a intenção do Ministério Público, segundo os entrevistados, em passar a responsabilidade do programa para a Assistência Social – tornando, assim, beneficiados apenas os estudantes de baixa renda - possivelmente utilizando informações contidas no Cadastro Único (plataforma unificada que serve como porta de entrada para vários Programas Sociais do Governo Federal) e também através do SISU/ENEM (o que implicaria no perfil dos usuários contemplados no todo). É evidente que a alteração do procedimento do programa dentro dessa perspectiva, tornaria a

política menos acessível a todos, se comparado à maneira como é ofertada hoje. Porém, segundo o entrevistado, no momento essas informações são apenas discussões, visto que o Ministério Público não formalizou tal transferência, sendo considerada apenas uma possibilidade. Na opinião do entrevistado, essa proposta pode ter surgido no intuito, inclusive, de padronizar a maneira como tem sido implementado esse tipo de política nos municípios de diferentes formas. Em relação a essa última discussão, foi mencionada, a lei estadual que tem sido discutida na ALERJ – com finalidade de contemplar o passe livre intermunicipal a nível estadual. Se aprovada, os recursos seriam extraídos de verbas estaduais para cobrir as despesas com o transporte universitário. Em termos políticos, isso seria um alívio não apenas para o atual governo, como para seu sucessor.

A última questão trabalhada na entrevista, diz respeito sobre o acesso e o conteúdo da lei vigente sobre o programa Passe Livre Universitário. As informações prestadas são de que é possível ter acesso sobre as informações sobre Lei nº 932, de 26 de fevereiro de 2013 – concessões de transporte intermunicipal a estudantes de curso superior e de nível técnico - na própria Secretaria Educação, porém os entrevistados não souberam responder se a população possui outra forma de acessar o conteúdo, visto que, ao menos no período da pesquisa, não foi encontrada online.

Considerações finais

A implementação dessa política, de acesso ao Ensino Superior, tem sido uma prática observada em várias prefeituras localizadas no Norte e Noroeste Fluminense, visto que poucos desses municípios possuem Instituições de Ensino Superior, possibilitando, portanto, que a população consiga esse acesso através dos transportes universitários. No município de Itaocara, objeto de estudo neste trabalho, o programa tem sido oferecido desde 2013, tendo sofrido algumas pequenas alterações sobre a oferta e referente alguns trâmites burocráticos, porém, a maioria de suas características originais – como seus critérios de elegibilidade e fonte de financiamento – permanecem as mesmas.

1. A prioridade dos gestores e atores envolvidos nesse processo está em proporcionar a oferta dos transportes universitários, sem a intenção de

alinhar a outros propósitos locais, como o de conciliar ao desenvolvimento econômico regional - como proposto pelo método da Tríplice Hélice – permanecendo, portanto, como seus objetivos iniciais, embora também proporcione outros resultados locais (não pretendidos intencionalmente). A princípio, os gestores não possuem planos em estimar quantitativos sobre a demanda de procura de cursos e também não é de interesse deles traçar o perfil dos futuros profissionais, junto ao perfil econômico do município, com intuito de inseri-los no mercado de trabalho local. Assim como, também não tem sido interesse das empresas locais procurar por esses futuros profissionais da localidade. A ausência desse tipo de estratégia econômica dos setores público e privados dificulta relacionar modelos como a Tríplice Hélice como facilitador de desenvolvimento regional. O governo local, no momento, possui, portanto, interesse apenas em cumprir seu papel de Estado e suas responsabilidades constitucionais, provendo “benefícios” para a população, quando possível, sem assumir compromissos diretos com o desenvolvimento econômico e social da população.

Acredita-se também que os impactos gerados são mais perceptíveis e eficazes sobre os indivíduos (e sua família) que fizeram ou ainda fazem uso do programa, do que para a sociedade de forma generalizada sob os econômicos e sociais, ao menos a primeiro momento. Para que esse prognóstico seja confirmado e otimizado, a pesquisa terá prosseguimento e futuramente serão obtidos dados mais concretos e relevantes sobre o assunto.

Referências

ALMEIDA, Márlon Luiz de; SILVA, José Luís Gomes da; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araujo Querido. "A inovação como fator de desenvolvimento regional", *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 3, n. 10, p.314-350, set. 2014. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1483/406>> Acesso em: 19 nov. 2018.

CARVALHO, Márcia Márcia Marques de; WALTENBERG, Fábio D.. DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE 2003 E 2013. *Econ. Apl.*, Ribeirão Preto , v. 19, n. 2, p. 369-396, June 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502015000200369&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Out. 2018.

CEDERJ, Consórcio. Fundação CECIERJ. Cursos x Polos 2018. Disponível em < <http://cederj.edu.br/cederj/wp-content/uploads/2014/10/POLOxCURSOS-Vestibular-2018.1-v-02.pdf>> Acesso em 20 de nov. de 2018.

DRAIBE, Sônia Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação? In: Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 220-254. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a09v13n27.pdf>> Acesso em 30 out. 2018.

ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo-universidade-governo. **Estud. av.** São Paulo, v. 31, n. 90, p. 23 a 48 de maio de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000200023&lng=en&nrm=iso>. acesso em 23 out. 2018.

IBGE, Cidades. Itaocara – RJ. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaocara/panorama>> Acesso em 06 de set. 2019.

JACCOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: Ministério do Desenvolvimento Social, UNESCO (2009) Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001830/183075por.pdf>>. Acesso em 30 out. 2018.

KLIKSBERG, Bernardo. **Ideias e experiências de capacitação gerencial.** O desafio da exclusão: para uma gestão social eficiente. São Paulo: FUNDAP, 1997. p. 165-190.

PROCÓPIO, Igor Vieira; BASTOS, Suzana Quinet de Andrade Bastos; FREGUGLIA, Ricardo da Silva. **Efeitos da Mobilidade Intermunicipal sobre a desigualdade de renda no Brasil: uma análise contrafactual.** Pesquisa e Planejamento Econômico PPE. IPEA. Rio de Janeiro, vol. 44, n. 3, dezembro 2014. p. 609-634.

SANTOS, V.C., LEMOS J.J.S. Mapeamento da pobreza no Estado do Rio de Janeiro: um estudo através de análise multivariada. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), Cuiabá; 2004. Disponível em < <http://sober.org.br/palestra/12/11O481.pdf>> Acesso em 06 de set. de 2019.